



TEORIA E EXERCÍCIOS

PREFEITURA MUNICIPAL DE PRIMAVERA DO LESTE- MT

PROFESSOR PEDAGOGO

- ✓ Língua Portuguesa
- ✓ Raciocínio Lógico e Matemático
- ✓ Noções de Informática
- ✓ Noções Básicas de Políticas Educacionais
- ✓ Conhecimentos Específicos
- ✓ Conhecimentos Gerais e Legislação (On-line)

DE ACORDO COM O EDITAL Nº 001/2026 DE 2026



Prefeitura Municipal de Primavera do Leste - MT

Professor Pedagogo

APRESENTAÇÃO

Se você tem este livro em mãos, é porque está construindo sua jornada rumo à tão sonhada aprovação com compromisso e dedicação.

A Editora Nova Concursos será sua maior aliada neste percurso, oferecendo um material de qualidade que será seu guia de estudos.

Nosso livro foi elaborado com a experiência de professores renomados, especialistas em concursos públicos, somada à organização e dedicação do nosso time editorial.

O conteúdo programático do edital foi criteriosamente analisado para abordar todos os temas cobrados em um sumário que foi pensado para te apresentar uma sequência lógica; isso facilitará a compreensão do conteúdo cobrado para o cargo de Professor Pedagogo de acordo com o Edital nº 001/2026, da Prefeitura Municipal de Primavera do Leste - MT.

Para complementar seus estudos e auxiliar sua memorização, ao decorrer da teoria você encontrará recursos como boxes Importante e Dica, com macetes valiosos selecionados para otimizar seu tempo; para um planejamento completo, ao final de todas as disciplinas apresentamos a seção Hora de Praticar, com questões gabaritadas da banca Instituto Atame, organizadora contratada para a realização do certame, e também um complemento de bancas variadas, para que você pratique a teoria e já conheça o perfil da banca.

Para sua preparação acesse os conteúdos complementares disponíveis on-line para este livro em nossa plataforma: Conteúdo de Conhecimentos Gerais e Legislação disponível em PDF para download. Para acessar, basta seguir as orientações na próxima página.

Este material é um verdadeiro diferencial, pois proporciona uma abordagem completa e especializada que irá te guiar até o sucesso.

Vamos juntos rumo à aprovação!

AVISO IMPORTANTE

ESTE É UM MATERIAL DE DEMONSTRAÇÃO

Este arquivo é apenas uma amostra do conteúdo completo da apostila. Aqui você encontrará o sumário do material e algumas páginas selecionadas, para que possa conhecer a qualidade, a estrutura e a metodologia do nosso conteúdo. No entanto, esta não é a apostila completa.

POR QUE ADQUIRIR A VERSÃO COMPLETA?

- ✓ conteúdo organizado de acordo com o edital;
- ✓ teoria objetiva e atualizada;
- ✓ dicas e fluxogramas para auxiliar a memorização;
- ✓ questões gabaritadas para o treino da teoria.

**GARANTA A VERSÃO COMPLETA DO
MATERIAL COMPLETO COM DESCONTO!**

QUERO MATERIAL COMPLETO!

SUMÁRIO

LÍNGUA PORTUGUESA.....	9
■ INTERPRETAÇÃO DE TEXTO.....	9
VERBAL E/OU NÃO VERBAL.....	12
LITERÁRIO E/OU NÃO LITERÁRIO	13
■ TIPOLOGIA TEXTUAL	13
■ FUNÇÕES DA LINGUAGEM.....	18
■ COESÃO E COERÊNCIA.....	19
■ SINTAXE.....	24
FRASE, ORAÇÃO E PERÍODO.....	24
Termos de Orações.....	25
CONCORDÂNCIA VERBAL E NOMINAL.....	37
■ MORFOLOGIA: CLASSES DE PALAVRAS, LETRAS E FORMAS.....	43
■ PONTUAÇÃO.....	60
■ ORTOGRAFIA.....	63
ACENTUAÇÃO GRÁFICA	64
■ SEMÂNTICA.....	65
SIGNIFICAÇÃO DAS PALAVRAS	65
■ NOÇÕES DE LITERATURA: CONCEITO E LINGUAGEM LITERÁRIA	67
■ FIGURAS DE LINGUAGEM	71
■ CRASE	75
 RACIOCÍNIO LÓGICO E MATEMÁTICO.....	 87
■ RACIOCÍNIO LÓGICO NUMÉRICO: RESOLUÇÃO DE PROBLEMAS ENVOLVENDO NÚMEROS REAIS.....	87
■ CONJUNTOS.....	93
■ PORCENTAGEM.....	101
■ SEQUÊNCIAS E PADRÕES (COM NÚMEROS, FIGURAS OU PALAVRAS).....	103

■ RACIOCÍNIO LÓGICO: PROPOSIÇÕES, CONECTIVOS E NEGAÇÃO.....	108
ESTRUTURAS LÓGICAS	108
■ EQUIVALÊNCIA E IMPLICAÇÃO LÓGICA	115
■ ARGUMENTAÇÃO LÓGICA	122
SILOGISMOS	122
■ PROBLEMAS DE CONTAGEM.....	128
PRINCÍPIO ADITIVO.....	128
PRINCÍPIO MULTIPLICATIVO	128
ARRANJOS.....	128
COMBINAÇÕES.....	129
PERMUTAÇÕES.....	129
■ NOÇÕES DE PROBABILIDADE.....	131
NOÇÕES DE INFORMÁTICA.....	143
■ CONCEITOS BÁSICOS E MODOS DE UTILIZAÇÃO DE TECNOLOGIAS, FERRAMENTAS, APLICATIVOS E PROCEDIMENTOS DE INFORMÁTICA.....	143
TIPOS DE COMPUTADORES, CONCEITOS DE HARDWARE E DE SOFTWARE, INSTALAÇÃO DE PERIFÉRICOS	143
■ EDIÇÃO DE TEXTOS, PLANILHAS E APRESENTAÇÕES (AMBIENTE MICROSOFT OFFICE, VERSÕES 2010, 2013 E 365).....	146
■ NOÇÕES DE SISTEMA OPERACIONAL (AMBIENTE WINDOWS, VERSÕES 10 E 11 PRO).....	176
CONCEITOS DE ORGANIZAÇÃO E DE GERENCIAMENTO DE INFORMAÇÕES, ARQUIVOS, PASTAS E PROGRAMAS	177
■ REDES DE COMPUTADORES: CONCEITOS BÁSICOS, FERRAMENTAS E APLICATIVOS E PROCEDIMENTOS DE INTERNET E INTRANET	193
■ PROGRAMAS DE NAVEGAÇÃO.....	194
■ FERRAMENTAS GOOGLE.....	195
GMAIL.....	195
GOOGLE MEET	200
GOOGLE DOCUMENTOS.....	200
GOOGLE PLANILHAS.....	216
GOOGLE DRIVE	229

GOOGLE AGENDA	231
■ SÍTIOS DE BUSCA E PESQUISA NA INTERNET	234
■ SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO: PROCEDIMENTOS DE SEGURANÇA.....	235
NOÇÕES DE VÍRUS, WORMS E PRAGAS VIRTUAIS.....	235
APLICATIVOS PARA SEGURANÇA (ANTIVÍRUS, FIREWALL, ANTISPYWARE ETC.).....	242
■ PROCEDIMENTOS DE BACKUP.....	246
NOÇÕES BÁSICAS DE POLÍTICAS EDUCACIONAIS.....	255
■ LEI DE DIRETRIZES E BASES DA EDUCAÇÃO NACIONAL – LDB Nº 9.394/96: PRINCÍPIOS, FINS, ORGANIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO NACIONAL, NÍVEIS E MODALIDADES DE EDUCAÇÃO E ENSINO.....	255
■ AS DIRETRIZES CURRICULARES NACIONAIS PARA O ENSINO FUNDAMENTAL	283
■ ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE - LEI Nº 8.069 DE 1990	286
■ DOCUMENTO DE REFERÊNCIA CURRICULAR DE PRIMAVERA DO LESTE-MT (DECRETO Nº 2.587, DE 24 DE OUTUBRO DE 2025, E SUAS ALTERAÇÕES)	341
■ O ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO – AEE.....	346
ARTICULAÇÃO ENTRE ESCOLA COMUM E EDUCAÇÃO ESPECIAL.....	348
Ações e Responsabilidades Compartilhadas	349
Sala de Recursos Multifuncionais	350
■ PLANO NACIONAL DA EDUCAÇÃO	352
■ PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	357
LEI Nº 1.555 DE 24 DE JUNHO DE 2015.....	357
LEI Nº 2.322, DE 03 DE ABRIL DE 2025 E SUAS ALTERAÇÕES.....	361
CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS.....	367
■ CUIDAR E EDUCAR NA EDUCAÇÃO INFANTIL.....	367
■ DESENVOLVIMENTO MOTOR, COGNITIVO E PSICOSSOCIAL.....	368
■ POSSIBILIDADES PARA O PLANEJAMENTO: SEQUÊNCIAS DIDÁTICAS.....	371
■ USO DAS TECNOLOGIAS NA EDUCAÇÃO INFANTIL	373
■ DIVERSIDADE: INTEGRAÇÃO E INCLUSÃO DE CRIANÇAS PEQUENAS	374
■ ALFABETIZAÇÃO NOS DIFERENTES MOMENTOS HISTÓRICOS	377

■ A FUNÇÃO SOCIAL DA ALFABETIZAÇÃO ATUAL	379
■ ALFABETIZAÇÃO E LETRAMENTO	381
■ AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM: CONCEPÇÕES, FUNÇÕES, INSTRUMENTOS E ESTRATÉGIAS	383
■ PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO	385
■ TEORIAS DA APRENDIZAGEM	387
■ METODOLOGIAS ATIVAS	388
ENSINO E APRENDIZAGEM POR MEIO DE PROJETOS	389
■ ORGANIZAÇÃO CURRICULAR DA EDUCAÇÃO INFANTIL E ENSINO FUNDAMENTAL (ANOS INICIAIS)	390
■ AS 10 COMPETÊNCIAS GERAIS DA BNCC	390
■ DOCUMENTO DE REFERÊNCIA CURRICULAR PARA MATO GROSSO	390
■ GESTÃO EDUCACIONAL	393
■ PLANEJAMENTO PARTICIPATIVO	395
CONCEPÇÃO	395
CONSTRUÇÃO	395
ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO	395
■ CURRÍCULO	396
■ CONSTRUÇÃO DO CONHECIMENTO	399
■ PROCESSO DE ENSINO APRENDIZAGEM	400
■ RELAÇÃO PROFESSOR/ALUNO	401
■ BASES PSICOLÓGICAS DA APRENDIZAGEM	402
■ TEORIAS EDUCACIONAIS SEGUNDO VYGOTSKY, JEAN PIAGET, MAX WEBER, CELSO ANTUNES, MARIA MONTESSORI, FREINET E PAULO FREIRE	405

LÍNGUA PORTUGUESA

INTERPRETAÇÃO DE TEXTO

A interpretação e a compreensão textual são aspectos essenciais a serem dominados por aqueles candidatos que buscam a aprovação em seleções e concursos públicos. Trata-se de um assunto que abrange questões específicas e de conteúdo geral nas provas. Conhecer e dominar estratégias que facilitem a apreensão desse assunto pode ser o grande diferencial entre o quase e a aprovação.

Além disso, seja a compreensão textual, seja a interpretação textual, ambas guardam uma relação de proximidade com um assunto pouco explorado pelos cursos de português: a **semântica**, que incide seus estudos sobre as relações de sentido que a forma linguística pode assumir.

Portanto, neste material, você encontrará recursos para solidificar seus conhecimentos sobre interpretação e compreensão textual, associando a essas temáticas as relações semânticas que permeiam o sentido de todo amontoado de palavras, tendo em vista que qualquer aglomeração textual é, atualmente, considerada texto e, dessa forma, deve ter um sentido que precisa ser reconhecido por quem lê.

Assim, vamos começar nosso estudo fazendo uma breve diferença entre os termos **compreensão** e **interpretação** textual.

Para muitos, essas palavras expressam o mesmo sentido, mas, como pretendemos deixar claro neste material, ainda que existam relações de sinonímia entre palavras do nosso vocabulário, a opção do autor por um termo em vez de outro reflete um sentido que deve ser interpretado no texto, uma vez que a **interpretação** realiza ligações com o texto a partir das ideias que o leitor pode concluir com a leitura.

Já a **compreensão** busca a análise de algo exposto no texto e, geralmente, é marcada por uma palavra ou expressão, apresentando mais relações semânticas e sintáticas. A compreensão textual estipula aspectos linguísticos essencialmente relacionados à significação das palavras e, por isso, envolve uma forte ligação com a semântica.

Sabendo disso, é importante separarmos os conteúdos que tenham mais apelo **interpretativo** ou **compreensivo**. Esses assuntos completam o estudo basilar de semântica com foco em provas e concursos, sempre visando à sua aprovação.

INFERÊNCIA – ESTRATÉGIAS DE INTERPRETAÇÃO

A inferência é uma relação de sentido conhecida desde a Grécia Antiga e que embasa as teorias sobre interpretação de texto.

Dica

Interpretar é buscar ideias e pistas do autor do texto nas linhas apresentadas

Porém, apesar de aparentemente parecer algo subjetivo, há “regras” para se buscar essas pistas.

A primeira e mais importante delas é identificar a orientação do pensamento do autor do texto, que fica perceptível quando identificamos como o raciocínio dele foi exposto: se de maneira mais racional, a partir da análise de dados e informações com fontes confiáveis, ou se de maneira mais prática, partindo dos efeitos e das consequências, a fim de identificar as causas.

Por isso, é preciso compreender como podemos interpretar um texto mediante estratégias de leitura. Neste material, selecionamos as estratégias mais eficazes, que podem contribuir para sua aprovação em seleções que avaliam a competência leitora dos candidatos. A partir disso, selecionamos estratégias de leitura que foquem nas formas de inferência sobre um texto.

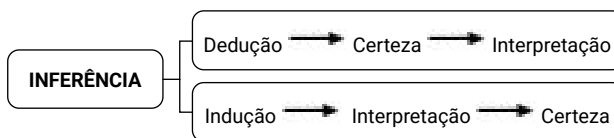
Dessa forma, é fundamental identificar como ocorre o processo de **inferência**, que se dá por **dedução** ou por **indução**. Para entender melhor, veja este exemplo:

O marido da minha chefe parou de beber.

Observe que é possível inferir várias informações. A primeira é que a chefe do enunciador é casada (informação comprovada pela palavra “marido”); a segunda é que o enunciador está trabalhando (informação comprovada pela expressão “minha chefe”); e a terceira é que o marido da chefe do enunciador bebia (informação comprovada pela expressão “parou de beber”). Note que há pistas contextuais do próprio texto que induzem o leitor a interpretar essas informações.

Tratando-se de interpretação textual, os processos de inferência, sejam por dedução ou por indução, partem de uma certeza prévia para a construção de uma interpretação, elaborada a partir das pistas oferecidas no texto, articuladas com as informações acessadas pelo leitor.

A seguir, apresentamos uma figura que representa como ocorre a relação desses processos:



A partir desse esquema, conseguimos visualizar melhor como o processo de interpretação ocorre. Agora, detalharemos esse processo, reconhecendo as estratégias que compõem cada maneira de inferir informações de um texto. Por isso, apresentaremos, nos tópicos seguintes, como usar estratégias de cunho dedutivo e indutivo e, ainda, como articular a isso o nosso conhecimento de mundo na interpretação de textos.

A INDUÇÃO

As estratégias de interpretação que observam métodos indutivos analisam as “pistas” que o texto oferece e, posteriormente, reconhecem alguma certeza na interpretação. Dessa forma, é fundamental buscar uma ordem de eventos ou processos ocorridos no texto, que variam conforme o tipo textual.

RACIOCÍNIO LÓGICO E MATEMÁTICO

RACIOCÍNIO LÓGICO NUMÉRICO: RESOLUÇÃO DE PROBLEMAS ENVOLVENDO NÚMEROS REAIS

NATURAIS

Os números construídos com os algarismos de 0 a 9 são chamados de naturais. O símbolo desse conjunto é a letra **N**, e podemos escrever os seus elementos entre chaves:

$N = \{0, 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, \dots\}$

As reticências indicam que esse conjunto tem infinitos números naturais.

O zero não é um número natural propriamente dito, pois não é um número de “contagem natural”. Por isso, utiliza-se o símbolo **N*** para designar os números naturais positivos, isto é, excluindo o zero. Veja: $N^* = \{1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, \dots\}$.

Dica

O símbolo do conjunto dos **números naturais** é a **letra N**. Além disso, podemos encontrar o **símbolo N***, que representa os **números naturais positivos**, isto é, **excluindo o zero**.

Conceitos básicos relacionados aos números naturais:

- **Sucessor:** é o próximo número natural. Ou seja, o sucessor do número “n” é o número “n+1”.
 - **Exemplo:** o sucessor de 4 é 5, e o sucessor de 51 é 52.
- **Antecessor:** é o número natural anterior. Ou seja, o antecessor do número “n” é o número “n-1”.
 - **Exemplo:** o antecessor de 8 é 7, e o antecessor de 77 é 76.
- **Números consecutivos:** são números em sequência. Assim, (n - 1, n e n+1) são números consecutivos.
 - **Exemplo:** 5, 6, 7 são números consecutivos, enquanto 10, 9, 11 não são.
- **Números naturais pares:** são aqueles que, quando divididos por 2, não deixam resto. Por isso, o zero também é considerado par. Assim, todos os números que terminam em 0, 2, 4, 6 ou 8 são pares;

- **Números naturais ímpares:** quando divididos por 2, deixam resto 1. Todos os números que terminam em 1, 3, 5, 7 ou 9 são ímpares.

Atenção! A soma ou subtração de dois números pares tem resultado par.

- Ex.: $12 + 8 = 20$; $12 - 8 = 4$.

A soma ou subtração de dois números ímpares tem resultado par.

- Ex.: $13 + 7 = 20$; $13 - 7 = 6$.

A soma ou subtração de um número par com outro ímpar tem resultado ímpar.

- Ex.: $14 + 5 = 19$; $14 - 5 = 9$.

A multiplicação de números pares tem resultado par.

- Ex.: $8 \cdot 6 = 48$.

A multiplicação de números ímpares tem resultado ímpar.

- Ex.: $3 \cdot 7 = 21$.

A multiplicação de um número par por um número ímpar tem resultado par.

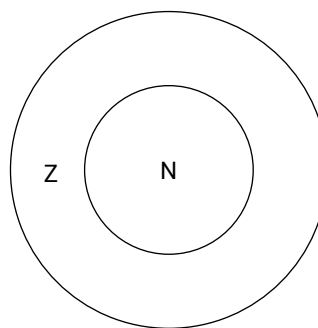
- Ex.: $4 \cdot 5 = 20$.

INTEIROS

Os números inteiros são os números naturais — incluindo o zero — e seus respectivos opostos (negativos). Veja:

$Z = \{\dots -7, -6, -5, -4, -3, -2, -1, 0, 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, \dots\}$

O símbolo desse conjunto é a letra **Z**. Uma coisa importante é saber que todos os números naturais são inteiros, mas nem todos os números inteiros são naturais. Podemos representar os números inteiros por meio de diagramas e afirmar que o conjunto de números naturais está contido no conjunto de números inteiros, ou que **N** é um subconjunto de **Z**. Observe:



Podemos destacar alguns subconjuntos de números. Veja:

- **Números inteiros não negativos (Z^+)** = $\{0, 1, 2, 3, \dots\}$. Veja que estes são os números naturais;

NOÇÕES DE INFORMÁTICA

CONCEITOS BÁSICOS E MODOS DE UTILIZAÇÃO DE TECNOLOGIAS, FERRAMENTAS, APLICATIVOS E PROCEDIMENTOS DE INFORMÁTICA

TIPOS DE COMPUTADORES, CONCEITOS DE HARDWARE E DE SOFTWARE, INSTALAÇÃO DE PERIFÉRICOS

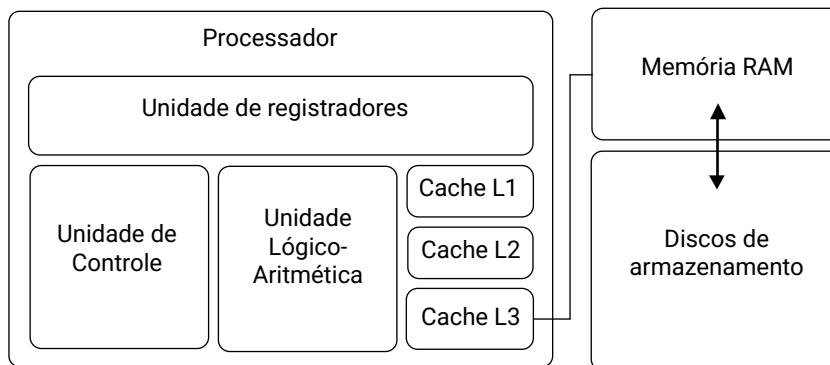
Existem várias formas de classificação do hardware, seja por meio da conexão, da natureza do componente, da utilização etc. Veja a seguir uma tabela, item por item, com os componentes de um computador, focando na conexão do componente e dicas relacionadas.

Dica

O processador do computador é o item mais questionado de hardware por todas as bancas organizadoras.

COMPONENTE INTERNO	DESCRIÇÃO	CONEXÃO E DICA
Processador	Principal item do computador. Instalado na placa mãe	Cérebro do computador, composto de três unidades: unidade lógica e aritmética ¹ , a unidade de controle ² e a unidade de registradores ³
Cache L1	Memória rápida nível 1 (level 1)	Próximo ao núcleo do processador
Cache L2	Memória rápida nível 2 (level 2)	Na borda do processador, próximo à memória RAM ⁴
Cache L3	Memória rápida nível 3 (level 3)	Na borda do processador, próximo à memória RAM. Alguns processadores novos possuem cache L3
Memória RAM	Memória principal	Adicionada nos slots de expansão da placa mãe, banco de memórias. Ela é temporária, volátil, de acesso aleatório

A seguir, vejamos um esquema do processador e seus componentes internos.



1 ULA, unidade matemática, unidade lógico-artmética, coprocessador automático.

2 Responsável pela busca da próxima instrução (que será executada) e decodificação.

3 Armazena os valores de entrada e saída das operações.

4 RAM – *Random Access Memory* – memória de acesso aleatório ou randômico. Conhecida como memória principal.

NOÇÕES BÁSICAS DE POLÍTICAS EDUCACIONAIS

LEI DE DIRETRIZES E BASES DA EDUCAÇÃO NACIONAL – LDB Nº 9.394/96: PRINCÍPIOS, FINS, ORGANIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO NACIONAL, NÍVEIS E MODALIDADES DE EDUCAÇÃO E ENSINO

I A EDUCAÇÃO INCLUSIVA: HISTÓRICO E DEBATES

Para a garantia de uma educação pública, gratuita e de qualidade, é preciso a participação dos estudantes em todas as atividades cotidianas da escola, para a efetivação de uma real inclusão desses sujeitos.

Por isso, antes de debater as legislações, é preciso considerar os **aspectos históricos, psicossociais, políticos e pedagógicos** que envolvem a educação especial inclusiva. Nesse contexto, Mendes (2010) analisa as mudanças históricas e sociais do campo da educação especial inclusiva no Brasil.

Segundo apresenta, é possível relacionar práticas e concepções vigentes ao contexto mais amplo de um país marcado por um longo período de descaso do poder público em relação à escolarização da população em geral e da presença marcante de instituições privadas de viés mais assistencialista-filantrópico do que educacional.

Assim, segundo a autora, iniciativas isoladas foram constatadas no Brasil na área da educação especial inclusiva até a década de 1970, quando respostas mais abrangentes são dadas a essa questão, especialmente com questionamentos ao pressuposto da segregação escolar como alternativa para o melhor atendimento às necessidades educacionais diferenciadas.

Fortalece-se, então, o princípio da integração escolar até a década de 1990, quando, em um contexto de redemocratização, começa a emergir o discurso atual da educação inclusiva, embora permaneça o quadro generalizado de exclusão escolar desses sujeitos.

Para Mendes (2010), essa situação não se limita à falta de acesso, mas se estende à ausência de profissionais qualificados, de recursos e de responsabilização do poder público ao direito à educação.

Considerando essas mudanças referentes ao campo da educação especial inclusiva no Brasil, é importante ressaltar as orientações e determinações presentes nos documentos legais, promulgados nos últimos anos, como:

- a Constituição Federal, de 1988;
- a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), de 1996;
- a Resolução CNE/CEB nº 2, de 2011;

- a Política Nacional da Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, de 2008;
- o Plano Nacional de Educação, de 2014; e
- a Lei nº 13.146, de 2015.

Entende-se que esses regulamentos representaram grandes avanços a nível nacional, principalmente no que diz respeito aos objetivos da educação especial inclusiva, ao seu público-alvo e ao papel do Estado na efetivação das políticas e do direito à educação, direito formal de todos os cidadãos, no âmbito dos direitos sociais.

Em relação à educação de pessoas com deficiência, esses documentos refletem os avanços históricos quanto aos objetivos da educação especial inclusiva, sendo que a Lei Brasileira de Inclusão (2015) apresenta uma visão mais ampla e flexível, considerando que o objetivo principal é assegurar a proteção da dignidade da pessoa com deficiência.

São estabelecidos novos direitos tanto no âmbito educacional — como acesso, permanência, aprendizagem e participação nas instituições de ensino — quanto no mercado de trabalho, na habitação, na saúde, dentre outros âmbitos, para possibilitar vivências dignas e igualitárias.

Essa ampliação também pode ser observada em relação ao público-alvo, já que há, nos documentos recentes, uma caracterização das especificidades dos estudantes com deficiência, com transtornos globais do desenvolvimento e com altas habilidades/superdotação, a serem observadas nas práticas de ensino-aprendizagem.

Há, assim, um novo olhar à perspectiva da educação inclusiva, com o estabelecimento de linhas de ações que norteiam a compreensão da inclusão como um movimento para além da educação de pessoas com deficiência.

Todavia, a efetivação do direito à educação e de outros direitos a potencializar a inclusão desses sujeitos ainda encontra uma série de dificuldades, especialmente em um país como o Brasil, marcado por diferenças culturais e desigualdades sociais significativas. Para Mendes (2010), apesar da expansão, em um contexto de fortalecimento do pensamento neoliberal e de minimização da responsabilidade do poder público, mantém-se, atualmente, a necessidade de construção de uma escola pública de qualidade e democrática para todos.

Nesse contexto, Ainscow (2009) discute sobre os desafios e possibilidades vinculados à educação inclusiva, o executando por meio de uma revisão ampla das perspectivas que se fazem presente nesse campo de conhecimento.

Para o autor, existem várias ideias de inclusão a nível internacional e que **questionam a própria organização escolar**, a saber:

- inclusão referente à deficiência e à necessidade de educação especial;
- inclusão como resposta a exclusões disciplinares;
- inclusão que diz respeito a todos os grupos vulneráveis à exclusão;
- inclusão como forma de promover escola para todos;
- inclusão como educação para todos.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

CUIDAR E EDUCAR NA EDUCAÇÃO INFANTIL

Existem diferentes autores(as) e análises sobre a infância, que variam de acordo com o contexto histórico e cultural. No caso da sociedade dita moderna, observa-se diferenças entre as instituições voltadas à educação das crianças, seja pela clientela atendida (fatores etários e sociais), mas também pela presença marcante de uma **oposição entre o cuidar, atividade própria às creches, e o educar, direcionado aos jardins de infância e pré-escolas.**

Essa oposição é histórica e permanece sendo alvo de disputas nas propostas educacionais que se sucederam ao longo do século XX. Atualmente, está presente nas práticas pedagógicas da educação infantil, apesar do esforço da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional — LDB (1996) e outras legislações, como a Base Nacional Comum Curricular — BNCC (2017) em tratar o **cuidar e o educar como funções indissociáveis** para creche e pré-escola.

Importante!

Philippe Ariés foi um autor francês, importante nos estudos sobre a infância, que realizou pesquisas sobre pinturas, retratos, quadros, tapeçarias, efígies funerárias, entre outros materiais iconográficos. Para ele, apenas nos séculos XVII e início do século XVIII é possível identificar um sentimento moderno de infância, que destaca as particularidades das crianças em relação aos adultos.

Na **concepção moderna de infância**, o sujeito infantil é pensado por normas, teorias científicas e saberes profissionais, que impactam nas práticas educativas adotadas e nos tipos de instituições responsáveis pelo cuidado e instrução desse público infantil.

Em um contexto de crise do feudalismo e formação da sociedade moderna, iniciativas socializadoras voltadas à educação das crianças pequenas passaram a ser realizadas com a criação de escolas e das primeiras instituições de Educação Infantil.

Centradas em um projeto educacional civilizador, que busca a formação de um sujeito civilizado e disciplinado, essas instituições contribuíram para a ainda presente **fragmentação entre a educação infantil e o ensino fundamental**, em que os cuidados e os tempos de brincar estão mais relacionados à primeira e o ensinar assume a centralidade especialmente a partir da transição para o segundo.

AS PRIMEIRAS INICIATIVAS SOCIALIZADORAS VOLTADAS ÀS CRIANÇAS PEQUENAS

- **Idade Média:** modelo educacional com foco em instrução, não gradação de currículo, monopólio da educação pela Igreja, metodologia baseada na memorização e organização por classe escolar, entre outras características;
- **Educação científica:** valorizando a razão e influenciada pelo Iluminismo, essa iniciativa busca uma pedagogização da infância, vista como abstrata e universal. **Froebel**, educador e pensador alemão, é um dos principais expoentes, discutindo sobre a rotina e os materiais escolares, como as **caixas de lições de coisas**, e organizando o **Kinderergarten**, nova instituição, que no Brasil é chamada de “jardim de infância”;
- **Colégio moderno:** instituição moderna, difundida ao final do século XVII e início do século XVIII, preocupada com a instrução relacionada à formação pessoal, com o disciplinamento, a gradação do currículo, a formação do professor e a organização por classe de idade.

A IMPLANTAÇÃO DOS JARDINS DE INFÂNCIA NO BRASIL

Segundo Bastos (2001), **Dr. Menezes Vieira** é um dos responsáveis pela construção de um projeto de modernização da educação brasileira, pautado na ordenação social e na centralidade do **educar e higienizar**.

Instalado no ano de 1875 em um bairro central do Rio de Janeiro, o primeiro jardim de infância atendia uma **clientela masculina e de elite**. Influenciado pela orientação froebeliana, tinha alguns princípios: educação moral, física e intelectual das crianças; promoção de atividades de ginástica, pintura, desenho, leitura, entre outras.

A questão da higiene recebeu destaque, influenciada por sua perspectiva como médico. Menezes Vieira preocupava-se também com a formação das professoras, as jardineiras, e com questões relacionadas à localização central e à organização espacial e material dos jardins de infância.

Embora tenha sido uma iniciativa pioneira, essa e outras instituições receberam críticas, principalmente por atenderem um número restrito de alunos e por serem resultados de iniciativas privadas, questionando-se a isenção da responsabilidade do Estado brasileiro.

CRIAÇÃO DE CRECHES PARA CRIANÇAS DE 0 A 3 ANOS

Segundo Kuhlmann Jr. (2007), além da separação por fatores etários e sociais, a história das instituições de educação infantil no Brasil passa também pela criação de creches para crianças de zero a três anos. Pensadas por uma proposta educacional assistencialista, essas têm como marco inicial a inauguração da primeira instituição voltada aos filhos de operários, a **creche da Companhia de Fiação e Tecidos Corcovado (RJ)** em 1899.

Dessa forma, nas décadas iniciais do século XX, as demais instituições pré-escolares são criadas para uma filantropia pensada pela assistência científica à infância, que se quer desvinculada da caridade da Igreja.

Em uma sociedade moderna e civilizada, associada à ideologia do progresso, a infância pobre passa a ser assistida por práticas que olham para os sujeitos a partir de uma visão eugenista e higienista. Entre seus princípios, estão:

MAIS DE 100 MIL ALUNOS APROVADOS!

 799 APROVADOS NO
BANCO DO BRASIL 2021

 92 APROVADOS
NO TJ-MG 2022

 213 APROVADOS
NO SEAGRI/DF 2022

 337 APROVADOS
NO INSS 2022



GOSTOU DESSA DEMONSTRAÇÃO?

Aproveite o Desconto especial e adquira
a versão completa desse material!

ADQUIRIR MATERIAL COMPLETO